



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Câmara santista na bronca com a Secretaria de Habitação

A decisão do cerimonial da Secretaria de Estado da Habitação em restringir a participação dos vereadores de Santos durante a entrega dos novos apartamentos do conjunto Santos O, no São Manoel, na manhã da última terça-feira, não foi bem digerida pelos parlamentares. Por esse motivo, a Câmara divulgou ontem uma nota para repudiar "a tentativa de desqualificar o seu protagonismo na definição de soluções para o déficit habitacional local". No documento, o Legislativo lembrou que teve uma participação decisiva ao garantir os recursos necessários aos empreendimentos e ao aprovar leis autorizativas de financiamentos ou empréstimos, bem como ao apresentar inúmeros requerimentos e ao realizar diversas audiências para discutir as melhores alterações para qualificação dos projetos. A Casa destacou ainda que os vereadores atuaram de maneira intensa para fiscalizar a execução das obras a fim de assegurar o direito sagrado da moradia aos cidadãos.

Democracia em risco

Na avaliação do Legislativo, a restrição imposta representou "uma afronta à sua legitimidade política e popular e, ainda, um ataque à democracia, que precisa ser fortalecida e consolidada para que se construa, dia a dia, uma sociedade fraterna, com liberdade, garantia de direitos e justiça social".

Para tudo

A deputada federal Rosana Valle (PSB) protocolou, na última terça-feira, o projeto de lei que prevê a proibição da construção de cavas subaquáticas no País. Ela vai detalhar a proposta hoje, às 15 horas, na Câmara de Santos.

Prestando contas

Na mesma ocasião, o presidente da Comissão Especial de Vereadores (CEV) de Santos para acompanhar os trabalhos de dragagem e demais ações/omissões que possam implicar impacto ambiental à região, Fabrício Cardoso (PSB), apresentará o relatório parcial do que foi apurado pelo grupo desde 2017.

Derrota parcial

Em fevereiro deste ano, o parlamentar santista Chico Nogueira (PT) apresentou ideia semelhante à de Rosana para impedir a instalação de cavas subaquáticas no Município. A Diretoria Jurídica do Legislativo deu parecer contrário ao texto. A propositura ainda não foi avaliada pelo plenário.

Jornalismo em alta

A Câmara de Peruíbe aprovou nesta semana o Projeto de Lei 16/2019, que inclui no Calendário Oficial da Cidade o "Dia Municipal do Profissional do Jornalismo e da Imprensa". A data será celebrada anualmente no dia 3 de março. A proposta é de autoria do vereador Astrogildo de Melo Silva (Patri).



Quase lá

Desde meados do ano passado, o prefeito de Mongaguá, Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (foto), está sem partido, após deixar o PSDB. Mas esse cenário poderá mudar nos próximos dias. Ele tem grande chances de se filiar ao Republicanos (ex-PRB). Caso isso se confirme, será a primeira vez que a legenda terá um chefe do Executivo na Baixada Santista.

Medida estratégica

O convite para Cabeça ingressar no partido foi feito na manhã de ontem pelo coordenador regional da sigla, Denis Protázio, e do presidente do diretório de Santos, Rogério Conde. O responsável pela Administração de Mongaguá deverá disputar a reeleição em 2020.

Rumo ao Executivo

Durante a sessão de ontem da Câmara de São Vicente, foi apresentado o pedido de licença do vereador Sargento Barreto (Cidadania - ex-PPS). Ele tomou essa decisão pelo fato de ter assumido o comando da Secretaria Municipal de Planejamento no dia 1º deste mês.

Troca

Rodrigo Digão (PV) já assumiu a vaga de Barreto no Parlamento. Em 2016, o substituto obteve 1.223 votos e foi o primeiro suplente da coligação formada por PPS e PV.

Vereadores destinam 291 emendas ao Orçamento

Discussão sobre verba pública santista em 2020 pode receber mais propostas até terça-feira

SHEILA ALMEIDA

DA REDAÇÃO

O Orçamento de Santos para 2020 deve atingir R\$ 3,1 bilhões e, ontem, os vereadores discutiram ideias de como aplicar esse dinheiro. Tanto que apresentaram 291 sugestões de emendas para destinação da verba pública.

Desse total, 75 (25,7%) são voltadas a manutenção e serviços públicos, 62 (21,3%) a ações de Saúde e 17 (5,8%) para a Educação, na primeira discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 e do Plano Plurianual (PPA) de 2020 e 2021.

A população precisa correr para cobrar parlamentares sobre os pedidos de melhorias, pois os vereadores têm até terça-feira para apresentar mais emendas à segunda discussão do tema, que ocorrerá quinta-feira que vem, às 18 horas.

IDEIAS QUASE IMPOSSÍVEIS

Para 2020, o Orçamento de R\$ 3,1 bilhões previsto pela Prefeitura é 7,2% maior que o deste ano, de R\$ 2,9 bilhões. Mesmo assim, foi alvo de discussão na Casa Legislativa a necessidade de pés no chão.

Isso porque, quando a Prefeitura envia essa estimativa, já sugere também as fatias que irão a cada secretaria municipal. As emendas só saem do papel se houver dinheiro suficiente para execução.

Só que, entre as propostas, estavam, por exemplo, o antigo pedido do túnel ligando a Zona Noroeste à Zona Leste, o embutimento subterrâneo de todos os cabos de ener-



Vereadores santistas voltarão a discutir as emendas para o Orçamento de 2020 na quinta-feira que vem

NECESSIDADE

“É o papel do Legislativo entender o sentimento e o desejo dos munícipes para, então, apresentar tudo ao prefeito, para que o governo possa elaborar um orçamento cada vez mais fiel à necessidade da população”

Rui de Rosis (MDB)
Presidente da Câmara de Santos

gia e telecomunicações na Cidade e a viabilização do Complexo Turístico, Cultural, Náutico e de Negócios do Porto Valongo – projetos apontados por alguns parlamentares como quase impossíveis.

Segundo o vereador Antonio Carlos Banha Joaquim (MDB), percebe-se que há vontade, mas tudo depen-

PRIORIDADES

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o documento que aponta as prioridades para o ano seguinte. Serve de guia para a Lei Orçamentária Anual (LOA), elaborada pela Prefeitura e revista pela Câmara até o fim do ano. O Plano Plurianual (PPA) é parecido, mas tem planejamento de médio prazo. Este vai até 2021.

de do orçamento. “Por isso vemos emendas que já nascem mortas”.

Para o vereador Geonísio Pereira de Aguiar, o Boquinha (PSDB), o correto seria os vereadores apontarem, nas emendas, formas de viabilizar o dinheiro para que os pedidos saiam do papel.

“Se você não colocar a ideia de como buscar o re-

curso orçamentário na emenda, seja pela verba parlamentar impositiva ou remanejando recurso do próprio orçamento, não dá para atender todas as necessidades”.

FATIAS REPARTIDAS

Dos R\$ 3,1 bilhões previstos no caixa da Prefeitura em 2020, a maior fatia é destinada à Saúde, com R\$ 697,3 milhões (22,3% do total). Outros R\$ 621,1 milhões são para a Educação (19,9%) e R\$ 233,8 milhões (7,5%) ficam com serviços públicos.

A gestão Paulo Alexandre Barbosa destaca que, na somatória de Saúde, Educação e Assistência Social, os valores para o ano que vem são R\$ 90 milhões maiores em relação à LDO de 2019.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



DIVULGAÇÃO

Rubens Paiva. Hoje, a partir das 19 horas, o Comitê Popular de Santos Memória, Verdade e Justiça, que trata de reparações históricas devolvendo às vítimas o direito à memória, à preservação da verdade como forma pedagógica e de direito do cidadão, realiza na Câmara de Santos uma audiência pública em homenagem ao deputado Rubens Paiva, morto em 1971, após retornar ao Brasil pós golpe de 64. A farsa de sua morte só foi desmascarada em 2014. Ele foi morto pela tortura militar e seu corpo nunca foi entregue à família. Vera Paiva, filha do deputado, é presença garantida.

João Goulart. Vale lembrar que o Comitê é o idealizador do projeto de lei na Câmara de Santos que visa restituir o título de cidadão santista ao ex-presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964. A proposta foi apresentada pelo vereador Bendito Furtado (PSB), que acredita que foi injusto o que ocorreu com o ex-presidente. "Espero que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa sancione e que o título seja restituído".

A Ditadura. O título a Goulart foi dado em 11 de março de 1964. Ele assumiu a Presidência em 8 de setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, que foi retirado do poder em 2 de abril de 1964. Em 28 de julho de 1964, o Legislativo santista aprovou o projeto de lei que revogava o título dado ao ex-presidente. O prefeito nomeado, Fernando Hortalla Ridell, membro do Arena (partido ligado ao regime militar), sancionou a propositura dois dias depois.

Erramos. O vereador Sergio de Jesus Passos, o Sérgio Santa Cruz (PRB), continua na liderança do governo Valter Suman (PSB). Na verdade, o vereador Walter dos Santos, o Nego Walter (PSB) assumiu a liderança do partido, e não do governo.

Bullying. Em Guarujá, foi aprovado projeto de lei que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao Bullying nos projetos pedagógicos da rede básica de ensino do Município. O objetivo é coibir ações que menosprezem crianças e adolescentes dentro das escolas, a partir da capacitação de professores e familiares.

Cartilhas. O texto prevê a realização de palestras e debates, além do fornecimento de cartilhas, a fim de orientar esse público sobre como lidar com esse tipo de situação. Também prevê ações de auxílio a vítimas, em busca da recuperação do desenvolvimento escolar e da autoestima, com a ajuda dos familiares. O texto segue agora para análise do prefeito Válter Suman (PSB).